

para MOSCA

Ficha técnica

Título:

Outras Vozes na República 1910 - 1926
Atas do Congresso Nacional de História e Ciência Política

Título da série:

Cadernos do Museu da Presidência da República

Edição:

Museu da Presidência da República

Direcção editorial:

Diogo Gaspar

Coordenação editorial:

Silvia Sá

Revisão científica:

José Fontes
José Miguel Sardica

Revisão:

Francisco Carrilho
Rita Costa
Susana Pina

Comissão Científica do Congresso:

Fernando Catroga (Presidente)
Armando Malheiro da Silva
José Fontes
José Miguel Sardica
Nuno Severiano Teixeira
Rui Ramos
Sérgio Campos Matos

Coordenação Científica do Congresso:

Isabel Corrêa da Silva
Silvia Correia

Design:

José Dias - Design, Lda.

Impressão:

Soartes, Lda.

Lisboa, fevereiro de 2016

© Museu da Presidência da República

ISBN: 978-972-8971-67-0

ISSN: 2182-2530

Cadernos do Museu da Presidência da República

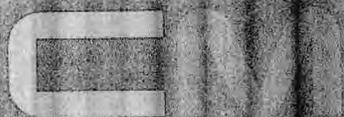
Volume n.º 3

OUTRAS VOZES NA REPÚBLICA 1910 - 1926

Atas do Congresso Nacional de História e Ciência Política

Os textos que agora se publicam resultam de um Congresso Nacional de História e Ciência Política organizado pelo Museu da Presidência da República, em maio de 2011, na Figueira da Foz.

Notas: As opiniões expressas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam, necessariamente, o Museu da Presidência da República.



**A AGITAÇÃO SINDICALISTA E ANARQUISTA
NO INÍCIO DA REPÚBLICA:
OUTUBRO DE 1910 - JANEIRO DE 1912**

João Freire *

1. O ESTADO ASCENSIONAL DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DO ANARQUISMO MILITANTE NAS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA

Ao longo da primeira década do Século XX, o associativismo operário foi crescendo e consolidando-se em Portugal, como noutros países vizinhos, ao mesmo tempo que aumentava a difusão das ideias libertárias e anarquistas, quer num plano cultural, quer no terreno político e organizativo. Os três fenómenos - operariado, anarquismo e correspondências internacionais - têm uma conexão lógica e socialmente efectiva que vou ter presente nesta comunicação, seja como pano de fundo, seja como articulação causal, mimética ou ocasional.

Entretanto, a sociedade portuguesa dava alguns passos, tímidos, no caminho da sua modernização, que não eram devidamente acompanhados pelo sistema político reinante nem pelas principais instituições sociais e culturais (a Igreja, a Academia, etc.). A economia industrial ia-se desenvolvendo, embora de pequena escala e dependente e periférica em relação aos gigantes económicos ingleses, franceses, alemães, italianos ou americanos. A pequena metalurgia e as indústrias químicas começavam a ter alguma expressão mas os ramos dominantes eram a têxtil, a construção civil, a cortiça, a madeira e a tanoaria, os curtumes e o calçado, a chapelaria, o vidro, as conservas de peixe, a moagem e panificação, as indústrias gráficas. Juntamente com os produtos agro-pecuários e da pesca, serviam para abastecer o mercado interno mas pouco sobrava para a exportação: a cortiça, o vinho, as conservas, alguns tecidos para os protegidos mercados coloniais e pouco mais. Grande número de artigos manufacturados vinha do estrangeiro, bem como quase toda a maquinaria e outros bens-de-equipamento. A produção nacional assentava ainda principalmente nas actividades primárias da agricultura, pecuária e pescas, um pouquinho nas minas e pedreiras. Mas o comércio e os transportes - ferroviários, marítimos e urbanos, principalmente - ocupavam também contingentes importantes de mão-de-obra, geralmente com um estatuto social superior ao de operários e agricultores. Também a administração estatal e as actividades urbanas modernas - da força pública às escolas e hospitais, da imprensa à actividade bancária e aos espectáculos teatrais ou musicais - constituíam já a ocupação profissional de alguns milhares de pessoas, a que se acrescentava uma numerosa criadagem ao serviço das classes médias e superiores¹.

Era esta população activa - e sobretudo os assalariados do trabalho manual industrial e agrícola - que os crentes na "revolução social"

procuravam mobilizar: os socialistas chamando-os para as associações classe (como então se chamavam os sindicatos de trabalhadores), para o partido e para o voto eleitoral; e os anarquistas, igualmente para os sindicatos mas sobretudo para a acção directa da greve e para a solidariedade de classe, com desprezo pelas leis e os mecanismos políticos. Mas estas não eram as duas únicas "forças de progresso" que lavravam nestes terrenos: os republicanos eram, de todos, os mais dinâmicos e escutados, apelando às urnas mas também à violência necessária para deitar abaixo o regime monárquico e a influência católica e instaurar finalmente um "governo do povo".

Portugal era, demograficamente, um país das províncias e das paisagens camponesas onde o grande proprietário, o cacique político e o clero eram geralmente respeitados - em contraste, porém, com Lisboa e o Porto (e mais umas tantas cidades médias) onde existiam pequenas-burguesias numerosas e disponíveis para contestar, e classes médias letradas que acompanhavam a vida cultural e política de Paris ou Barcelona e aspiravam a mudanças rápidas e profundas para recuperar os "atrasos históricos" que o país vinha acumulando e para melhor alcançarem as suas aspirações próprias. A educação e a posição social da mulher eram prioridades, com acusações fortes à igreja católica pela distância existente em relação à Europa. Urgia também dar respostas às carências da habitação popular urbana e remediar o atraso do campesinato, dando melhor destino à corrente migratória (quase toda dirigida para o Brasil). O projecto colonial era um dos pontos de consenso das elites nacionais mas assunto de total ignorância para as classes populares. Os monárquicos empenhados nesse projecto - quase todos militares que estavam a fazer a ocupação efectiva dos territórios - queriam implantar a nossa soberania, castigar as revoltas nativas e desarmar os apetites das grandes potências. Os republicanos desejavam, além disto, promover um desenvolvimento acelerado dessas províncias de ultramar, em especial de Angola e Moçambique, e alguma coisa fizeram nesse sentido quando chegaram ao poder, apesar do desgaste da guerra.

Venhamos agora ao nosso objecto de análise: o "movimento social" do operariado - expressão de cunho acrata que vigorou na época (muito antes do seu uso pela sociologia contemporânea) e que, de modo positivista, identificava o associativismo natural dos trabalhadores (os sindicatos) com a visão anti-autoritária de uma luta simultaneamente contra os detentores do poder económico e do poder político (os capitalistas e patronato, de um lado, e os governantes e as principais

instituições estatais, do outro), que era a visão própria dos anarquistas. Como os socialistas eram, por estes, depreciativamente considerados "reformistas" e "eleitoralistas" (ou "demagógicos"), nesses primeiros anos do século assistiu-se a uma áspera competição entre ambas as correntes pelo controlo dos sindicatos operários. De facto, só nessa altura começou a ser claramente maioritária entre os anarquistas a estratégia do sindicalismo-revolucionário, que estava a dar resultados interessantes em França - e rectificava a má experiência do terrorismo bombista - começando também a espalhar-se prometedormente em Espanha, na Itália, na Argentina, no Brasil, na Suécia e mesmo nos Estados Unidos. A *Charte d'Amiens* aprovada no congresso da CGT francesa de 1906 foi a proclamação simbólica mais significativa desta nova orientação dos militantes libertários, discutida (e, no fundo, confirmada) no congresso anarquista internacional de Amesterdão de 1907. E ela foi imediatamente conhecida e adoptada entre nós.

Na realidade, as principais leis protectoras do trabalho da década anterior (acidentes, trabalho de mulheres e menores, horário, inspectores do trabalho, tribunais de árbitros-avindores, associações de classe²) pareciam já não corresponder às necessidades do mundo do trabalho, que começa a recorrer cada vez mais à greve para fazer lograr as suas reivindicações, geralmente de salários e duração do tempo laboral. Segundo a imprensa da época³, em 1902 registou-se 1 greve operária (na fábrica de tecidos Lisbonense); em 1903, sem contar com a "revolta da batata" em Coimbra, há uma grande greve de tecelões no Porto e outra de metalúrgicos em Lisboa (na Empresa Industrial Portuguesa); em 1904, ocorreram 3 greves entre as quais a dos gráficos da imprensa diária de Lisboa; em 1905 eclodiram 12 greves em todo o país, destacando-se a dos chapeleiros do Porto; em 1906 há notícia de 6 greves; em 1907, fazem greve os guarda-soleiros e os tecelões do Porto, e conserveiros de Setúbal, além da greve académica dos estudantes de Coimbra; e 1908 regista greves de mulheres da indústria corticeira e de novo dos conserveiros de Setúbal. A partir daqui, o movimento grevista intensifica-se nitidamente, sem conexão directa com a conjuntura política do "pós-franquismo": em 1909 terão ocorrido 34 greves, incluindo várias de corticeiros, de tipógrafos, da construção e outros sectores; em 1910, até ao momento da revolução republicana, verificaram-se 35 greves.

Estes movimentos reivindicativos seriam sobretudo impulsionados por militantes anarquistas, que acusam os socialistas de meramente se

preocuparem com os festejos rituais do 1.º de Maio e de até se prestarem a colaborar com o governo da monarquia. Em todo o caso, é importante saber que estas acções de luta, com as operações de solidariedade que suscitavam (em geral sob a forma de quêtes de ajuda financeira), davam frequentemente origem à criação de novas associações sindicais, ou vinham reforçar as já existentes, fazendo substituir as suas administrações por pessoas mais combativas. E algumas vezes levaram à ocorrência de cisões ou à criação de associações "paralelas" às já existentes. Por exemplo, em 1903, cria-se no Porto uma União Geral de Trabalhadores (agrupando vários sindicatos), que se coloca em oposição à Federação Operária, dirigida por marxistas. E idêntico processo se repete em 1909, para dar lugar à UGT-Federação Obreira, e de novo em 1911, quando se chega à UGT da Região do Norte, sempre por iniciativa dos anarquistas.

Esta dinâmica tende para uma unificação nacional. Em 1909, os sindicatos impulsionados por anarquistas sentem-se suficientemente fortes para comparecerem ao Congresso Nacional Operário, até aí um conclave enfeudado aos socialistas. Aí, na rutilante 'Sala Algarve' da Sociedade de Geografia de Lisboa, questionam a presença na reunião de Centros Socialistas - órgãos políticos e não operários, argumentam - e, não conseguindo a sua exclusão, retiram-se eles, indo realizar autonomamente o chamado 1.º Congresso Sindical e Cooperativista, simultaneamente em Lisboa e no Porto, que aprovou documentos de orientação na linha do "sindicalismo-revolucionário" e elegeu uma Comissão Executiva do Congresso Sindicalista que actuou efectivamente como o primeiro órgão de coordenação nacional deste novo movimento operário, e veio a funcionar até ao congresso de 1914 em Tomar, que fundou a União Operária Nacional, prólogo da futura Confederação Geral do Trabalho.

A imprensa era um instrumento essencial, nesse tempo, para consolidar a organização, a informação e a acção militante. Ora, o movimento sindical operário foi muito rico nesse domínio, aproveitando bem o capital cultural que residia no seu sector gráfico e jornalístico, tendo nós encontrado prova da existência de, pelo menos, 22 jornais sindicalistas e operários nesta primeira década do século, entre os quais o importante semanário *A Obra*, "órgão dos construtores civis e do proletariado em geral", e o diário *A Greve* que, apesar de ter tido de baixar bandeira ao fim de alguns meses, foi uma extraordinária iniciativa dos tipógrafos de Lisboa.

Mas a acção dos anarquistas não se esgotava no sindicalismo. Os campos onde nesta época desenvolveram actividade propagandística foram sobretudo cinco: educação; direitos cívicos e anti-clericalismo; anti-militarismo; naturismo; e neo-malthusianismo. Nos dois primeiros, fizeram-no sobretudo em aliança e entendimento com sectores do republicanismo, visando atacar e enfraquecer o papel da Igreja na sociedade portuguesa. O estudante coimbrão Campos Lima visita em Paris a creche-escola anarquista La Ruche Ouvrière e traz para Portugal a ideia de criar uma "Escola Livre"; o projecto não vingou mas, na sequência da visita a Lisboa do pedagogo catalão Francisco Ferrer, o entendimento entre libertários e republicanos concretiza-se, daqui resultando a fundação de várias escolas laicas e de pedagogia inovadora, entre as quais a conhecida Escola-Oficina n.º 1. Esta aliança com os republicanos prolonga-se no activismo comum que militantes de ambos os credos praticam na Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento, na Liga dos Direitos do Homem e mesmo numa Liga Anti-Militarista que é criada em 1908 e pretende a resolução dos conflitos internacionais por meio de arbitragem. Os militares profissionais eram então vistos como fautores de guerras, desejam-se, no mínimo, a sua substituição por uma força miliciana de cidadãos, ao modo suíço. Já as questões do naturismo (vida sã, alimentação, medicação, actividade física, etc.) e do neo-malthusianismo (que advogava o controlo da natalidade por via da uma procriação livre, desejada e consciente, e não "fruto do que Deus mandar") os deixaram relativamente isolados, apoiados apenas por alguns excêntricos e profissionais do sector da saúde (médicos, enfermeiros e farmacêuticos).

Esta colaboração circunstancial com os republicanos nunca foi consensual entre os anarquistas. O importante intelectual que foi Emílio Costa defendeu-a desde 1903 em *É Precisa a República?* e foi um dos que justificou a corrente dita "intervencionista", argumentando que, no caso português, a República era um passo importante para a liberdade. Também foi essa a orientação da Federação Socialista Livre e do jornal *Germinal*, de Setúbal. Mas o forte núcleo anarquista portuense que girava em torno do semanário *A Vida* era intransigente nessa matéria e criticava tais colaborações, tal como a maioria do sector sindicalista-revolucionário ou anarco-sindicalista, para o qual os patrões e o capitalismo continuariam a explorar o trabalho assalariado, independentemente da mudança de regime político. O que não impediu que os adeptos da violência revolucionária e do bombismo, acoitados na loja "Obreiros do Futuro" (ou 'Carbonária dos Anarquistas'), que era uma organização relativamente autónoma da Carbonária Portuguesa,

preocuparem com os festejos rituais do 1.º de Maio e de até se prestarem a colaborar com o governo da monarquia. Em todo o caso, é importante saber que estas acções de luta, com as operações de solidariedade que suscitavam (em geral sob a forma de quêtes de ajuda financeira), davam frequentemente origem à criação de novas associações sindicais, ou vinham reforçar as já existentes, fazendo substituir as suas administrações por pessoas mais combativas. E algumas vezes levaram à ocorrência de cisões ou à criação de associações "paralelas" às já existentes. Por exemplo, em 1903, cria-se no Porto uma União Geral de Trabalhadores (agrupando vários sindicatos), que se coloca em oposição à Federação Operária, dirigida por marxistas. E idêntico processo se repete em 1909, para dar lugar à UGT-Federação Obreira, e de novo em 1911, quando se chega à UGT da Região do Norte, sempre por iniciativa dos anarquistas.

Esta dinâmica tende para uma unificação nacional. Em 1909, os sindicatos impulsionados por anarquistas sentem-se suficientemente fortes para comparecerem ao Congresso Nacional Operário, até aí um conclave enfeudado aos socialistas. Aí, na rutilante 'Sala Algarve' da Sociedade de Geografia de Lisboa, questionam a presença na reunião de Centros Socialistas - órgãos políticos e não operários, argumentam - e, não conseguindo a sua exclusão, retiram-se eles, indo realizar autonomamente o chamado 1.º Congresso Sindical e Cooperativista, simultaneamente em Lisboa e no Porto, que aprovou documentos de orientação na linha do "sindicalismo-revolucionário" e elegeu uma Comissão Executiva do Congresso Sindicalista que actuou efectivamente como o primeiro órgão de coordenação nacional deste novo movimento operário, e veio a funcionar até ao congresso de 1914 em Tomar, que fundou a União Operária Nacional, prólogo da futura Confederação Geral do Trabalho.

A imprensa era um instrumento essencial, nesse tempo, para consolidar a organização, a informação e a acção militante. Ora, o movimento sindical operário foi muito rico nesse domínio, aproveitando bem o capital cultural que residia no seu sector gráfico e jornalístico, tendo nós encontrado prova da existência de, pelo menos, 22 jornais sindicalistas e operários nesta primeira década do século, entre os quais o importante semanário *A Obra*, "órgão dos construtores civis e do proletariado em geral", e o diário *A Greve* que, apesar de ter tido de baixar bandeira ao fim de alguns meses, foi uma extraordinária iniciativa dos tipógrafos de Lisboa.

Mas a acção dos anarquistas não se esgotava no sindicalismo. Os campos onde nesta época desenvolveram actividade propagandística foram sobretudo cinco: educação; direitos cívicos e anti-clericalismo; anti-militarismo; naturismo; e neo-malthusianismo. Nos dois primeiros, fizeram-no sobretudo em aliança e entendimento com sectores do republicanismo, visando atacar e enfraquecer o papel da Igreja na sociedade portuguesa. O estudante coimbrão Campos Lima visita em Paris a creche-escola anarquista La Ruche Ouvrière e traz para Portugal a ideia de criar uma "Escola Livre"; o projecto não vingou mas, na sequência da visita a Lisboa do pedagogo catalão Francisco Ferrer, o entendimento entre libertários e republicanos concretiza-se, daqui resultando a fundação de várias escolas laicas e de pedagogia inovadora, entre as quais a conhecida Escola-Oficina n.º 1. Esta aliança com os republicanos prolonga-se no activismo comum que militantes de ambos os credos praticam na Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento, na Liga dos Direitos do Homem e mesmo numa Liga Anti-Militarista que é criada em 1908 e pretende a resolução dos conflitos internacionais por meio de arbitragem. Os militares profissionais eram então vistos como fautores de guerras, desejam-se, no mínimo, a sua substituição por uma força miliciana de cidadãos, ao modo suíço. Já as questões do naturismo (vida sã, alimentação, medicação, actividade física, etc.) e do neo-malthusianismo (que advogava o controlo da natalidade por via da uma procriação livre, desejada e consciente, e não "fruto do que Deus mandar") os deixaram relativamente isolados, apoiados apenas por alguns excêntricos e profissionais do sector da saúde (médicos, enfermeiros e farmacêuticos).

Esta colaboração circunstancial com os republicanos nunca foi consensual entre os anarquistas. O importante intelectual que foi Emílio Costa defendeu-a desde 1903 em *É Precisa a República?* e foi um dos que justificou a corrente dita "intervencionista", argumentando que, no caso português, a República era um passo importante para a liberdade. Também foi essa a orientação da Federação Socialista Livre e do jornal *Germinal*, de Setúbal. Mas o forte núcleo anarquista portuense que girava em torno do semanário *A Vida* era intransigente nessa matéria e criticava tais colaborações, tal como a maioria do sector sindicalista-revolucionário ou anarco-sindicalista, para o qual os patrões e o capitalismo continuariam a explorar o trabalho assalariado, independentemente da mudança de regime político. O que não impediu que os adeptos da violência revolucionária e do bombismo, acoitados na loja "Obreiros do Futuro" (ou 'Carbonária dos Anarquistas'), que era uma organização relativamente autónoma da Carbonária Portuguesa,

começassem a aprontar a "artilharia civil" a partir de 1907, sob o governo de João Franco, a qual veio a ter a sua utilidade nas jornadas de Outubro de 1910⁴.

Como organização própria, os anarquistas sempre tiveram grande dificuldade em estruturar organismos superiores que integrassem os seus tradicionais "grupos de afinidade" (unidades de 7 indivíduos, em média, completamente autónomas). Por isso, nesta fase, apenas funcionou a já citada Federação Socialista Livre, que agrupou apenas uma tendência dentro do meio libertário. Foram precárias as tentativas de comités coordenadores da acção dos grupos, em Lisboa e no Porto, e apenas em 1907 se realizaram conferências organizativas, com vista a uma representação no congresso internacional, que não se efectivou. Mas os tais "grupos de afinidade" foram uma realidade, tendo sido criados, pelo menos, 166 no período 1900-1910, com uma existência média de 23 grupos por ano⁵.

Finalmente, deve dizer-se ainda uma palavra sobre a influência cultural que o anarquismo adquiriu nestes anos, sobretudo por via da edição de livros ensaísticos e doutrinários (de autores franceses e outros, de grande nomeada) e da publicação de revistas culturais como a *Revista Livre* (de Coimbra, dirigida por Campos Lima), *Amor e Liberdade* (revista de "ciência, sociologia, literatura e arte"), *Luz e Vida* (revista de "sociologia, arte e crítica", do Porto), *Livres* (revista de "literatura e crítica", também do Porto), *A Era Nova* (de Coimbra, com um notável conjunto de colaboradores), *Novos Horizontes* (revista de "propaganda e crítica"), *Nova Silva* (do Porto), *A Sementeira* (revista de "crítica e sociologia"), *Amanhã* (revista –popular de orientação racional) ou *Paz e Liberdade* (revista "anti-militarista, anti-patriótica, sindicalista-revolucionária e neo-maltusiana"). Personalidades como Adolfo Lima, Bento Faria, Ângelo Vaz, Alfredo Pimenta, Araújo Pereira, Simões Raposo, Neno Vasco, Fontana da Silveira, Aquilino Ribeiro, João de Menezes, Tomás da Fonseca, Jaime Cortesão, Alfredo Pimenta, Heliodoro Salgado, Campos Lima, Angelina Vidal, José do Vale, João Camoesas, Homem Cristo Filho, Lopes de Oliveira, Teixeira de Pascoais, Manuel Ribeiro, Álvaro Pinto, Bernardo de Sá Viana, Emílio Costa, Fernão Botto Machado, Cristiano de Carvalho, Jaime Magalhães Lima, Avelino de Sousa, Joaquim Madureira, Pinto Martin, Leal da Câmara, Aurélio Quintanilha ou Jaime Brasil eram gente que, na época, já marcava a vida cultural portuguesa: uns permaneceram no seu anarquismo de juventude; outros seguiram caminhos diversos e até opostos.

2. A REPÚBLICA E AS PRIMEIRAS REACÇÕES DE AFASTAMENTO E CRÍTICA: DA LEI DA GREVE AOS OPERÁRIOS MORTOS EM SETÚBAL

Implantada a República, os anarquistas e o movimento sindical por eles liderado não se deslumbrou nem se aquietou às boas intenções do novo poder governante. *A Sementeira*, que passava por ser crítica do "intervencionismo", deu a conhecer que "o sangue nos nossos, dos camaradas queridos, lá ficou vinculado" e opinava: "A revolução deu o que pôde dar. A sua resultante foi, é, a soma de esforços dos que nela agiram, dos que nela colaboraram. Seria mais conservadora se o espírito revolucionário das novas idealizações não orientasse uma parte, ínfima, é verdade, dos que se bateram. Poderia ter soluções mais radicalíssimas se a soma de todos os esforços determinasse essa solução"⁶. E o Comité de Propaganda Sindicalista, do Porto, onde pontificava Manuel Joaquim de Sousa, afirmou num manifesto totalmente esclarecedor que "substituído o regime monárquico pelo republicano, todos vêem que subsiste o mesmo e antigo mal-estar. As suas condições económicas são as mesmas. E essas em nada se modificarão. O que significa que o mal-estar, a miséria, a opressão e a fome não têm apenas como causa primordial o regime monárquico ou qualquer outro regime político. Significa que a causa de todos os esses males está na própria constituição económica da sociedade capitalista" e declara que toda a sua "acção presente e futura se baseia no princípio anti-político e fundamentalmente económico-social: 'A emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos mesmos trabalhadores'"⁷.

De facto, sob o Governo Provisório da República presidido por Teófilo Braga, a dinâmica grevista que vinha dos meses anteriores multiplicou-se rapidamente, no calor entusiástico da mudança. Quem viveu o inebriante clima de libertação que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 pode facilmente compreender o que de semelhante se passou no país nos meses seguintes à revolução de Outubro de 1910, quando as forças monárquicas estavam ainda atordoadas e retraídas e as forças do trabalho pensaram que a sorte tinha passado para o seu campo. Desde essa data até ao fim do ano, deflagraram 80 greves; mais 22 em Janeiro de 1911; 5 em Fevereiro; 13 em Março; 5 em Abril; 4 em Maio; 7 em Junho; 6 em Julho; 1 grande greve de corticeiros em Almada em Agosto; e 2 em Setembro - tocando neste primeiro ano de República praticamente todos os sectores fabris e oficiais, mas também os trabalhadores relativamente privilegiados dos *tramways* urbanos, dos caminhos-de-ferro, *chauffeurs*, carteiros, telefonistas, etc⁸.

Ora, é com este pano de fundo que o Governo Provisório faz aprovar e publicar em 6 de Dezembro de 1910 um decreto-lei legalizando o direito de greve dos trabalhadores assalariados (coisa que era proibida até então pelo Código Penal) mas, dentro de uma concepção liberal típica da época, legalizando simetricamente o direito patronal ao *lock-out* (encerramento de empresas, como meio de pressão económica). O decreto vinha assinado pelo ministro do fomento Brito Camacho mas também era atribuído ao seu colega do interior António José de Almeida (que nomeara a comissão especial que o preparou), um dos mais veementes "amigos do povo", que chegara a escrever, no auge da propaganda anti-monárquica, que "era sagrada a bomba ou o punhal que derrubava um tirano".

Como se viu, este "decreto-burla" (como foi logo apelidado) não impediu o prosseguimento da dinâmica grevista mas deu instrumentos legais às forças da ordem para limitar a acção dos piquetes de greve e a "caça aos amarelos", no intuito de garantir a "liberdade de trabalho". É preciso também saber que, à medida que estes primeiros meses republicanos iam correndo, vários incidentes começaram a substituir a euforia dos primeiros dias por um nervosismo que revelava o receio de uma contra-revolução monárquica e mesmo alguma psicose das supostas ou reais conspirações contra o novo regime. A plebe e a pequena-burguesia urbana que agora pediam a sua recompensa de "revolucionários civis" e a obtinham geralmente na burocracia pública, na novel Guarda Republicana ou nas "secretas" tipo-"formiga branca". Estes eram activos e vigilantes elementos que, com ligeireza, identificavam "talassas" (monárquicos) na via pública, favorecendo a ocorrência de incidentes. Por exemplo, um anarquista que, por convicção anti-patriótica, se recusou a tirar o chapéu perante a bandeira nacional, foi sovado em plena Avenida da Liberdade, na capital da República.

Mais graves foram, porém, os acontecimentos de Setúbal, no mês de Março de 1911, na decorrência de uma greve de mulheres e moços das fábricas de conserva. No dia 13, uma força da GNR disparou contra uma manifestação de operários, matando dois trabalhadores e ferindo mais uma meia-dúzia, pelo menos. A comoção foi enorme, na cidade e no país. Foram declaradas greves de solidariedade, o secretário da União dos Sindicatos de Setúbal José Carlos Rates foi preso para bordo da canhoneira *Zaire* e o movimento sindicalista relançou-se na consideração das classes trabalhadores como devendo prosseguir, corajosamente, a sua orientação de independência em relação ao

novo governo (e a quaisquer outras forças políticas) e, se necessário, contra ele. De nada serviam as palavras de Bernardino Machado no 1.º de Maio seguinte no Coliseu de Lisboa, ao dizer que "a República foi feita para todos e especialmente para o povo, para a mulher e para a criança [...] A República saúda a classe operária [...] Faz votos pelas felicidades da classe operária, que o mesmo é fazer votos pela felicidade da República"⁹. A ruptura psicológica estava consumada entre os trabalhadores organizados e o novo regime. Caminhar-se-ia agora para um enfrentamento maior.

3. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL EM PROGRESSO, ENQUANTO OS ANARQUISTAS SE AGITAM E DISCUTEM

Além da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, a União dos Sindicatos Operários de Lisboa foi outra estrutura organizativa muito importante nesta fase de construção de um movimento sindical de matriz federalista. Mas a existência do jornal semanário *O Sindicalista*, dirigido pelo culto tipógrafo Alexandre Vieira, foi possivelmente ainda mais decisiva como instrumento de informação, organização e mobilização para as lutas que iam acontecendo.

Nestas condições, o II Congresso Sindicalista realizou-se em Lisboa, em sucessivas sessões trissemanais, a partir de 7 de Maio, com a presença de representações de 91 sindicatos (que abrangeriam qualquer coisa como 35 mil trabalhadores). Destes organismos, uma parte era dirigida por militantes do partido socialista mas a maior parte, e a dinâmica profunda do movimento, ia no sentido das orientações libertárias do sindicalismo-revolucionário. A prova está no teor das teses aprovadas neste conclave. Na primeira, sobre os princípios organizativos, decide-se que a construção da Confederação Geral do Trabalho levará certamente alguns anos, depois de consolidar mais fortemente os sindicatos de base e de estruturar as uniões locais de sindicatos e as federações de indústria, sob o modelo da CGT francesa.

Na segunda tese, defende-se a acção grevista como meio de fazer vingar as reivindicações laborais, com repúdio da arbitragem nos conflitos de trabalho. E na terceira levantam-se cautelas perante a legislação estatal e manifestam-se desconfiças em relação à contratação colectiva. Era o primado da "acção directa", típica das concepções de luta social dos anarquistas.

Pelo seu lado, os anarquistas também percebiam que a nova situação política lhes favorecia as condições de difusão das suas ideias e por isso se lançaram na captação de novos prosélitos, na organização de "grupos de afinidade", numa melhor estruturação (federativa) destes, na multiplicação de iniciativas de debates e conferências públicas, e na edição de jornais, folhas e brochuras de informação e propaganda. Não sendo nunca possível saber, com rigor suficiente, o número de militantes, é contudo significativo que os "grupos de afinidade" tenham passado dos 51 que existiam em 1910 para 104 em 1911; no ano seguinte, seriam 105; e em 1913 atingiriam a cifra de 130, número que nunca mais seria igualado na história do anarquismo em Portugal. Se multiplicarmos aquele quantitativo pelo número médio de indivíduos por grupo¹⁰, podemos supor que em 1911 houvesse um número de militantes anarquistas organizados superior a 700.

No plano regional, centradas sobre Lisboa e Porto, criam-se finalmente duas estruturas estáveis de coordenação dos grupos anarquistas (Federação Anarquista da Região Norte e Federação Anarquista da Região Sul), com os seus *comités* relacionadores e reuniões regulares destes com os delegados dos grupos, mas sem órgãos oficiais de imprensa - por receio de que estes se transformassem em micro-instrumentos de poder de alguns poucos, numa organização que não admitia a existência de chefes ou dirigentes no seu seio. Estas federações exprimem-se assim, sobretudo, por meio de panfletos (os cartazes eram caros e, por isso, pouco utilizados) e comunicados que fazem publicar nos jornais do movimento.

No que toca ao meio de propaganda privilegiado que era a imprensa, destacam-se nesta fase os semanários retintamente acratas que são *A Aurora*, do Porto (é a continuação de *A Vida*), *Germinal*, de Setúbal e *O Agitador*, de Lisboa; a revista mensal *A Sementeira*; e as mais irregulares folhas *A Ideia Livre* e *Os Tempos Novos*, do Porto; *A Revolução Social*, de Coimbra; e *Avante!*, de Évora.

À semelhança dos centros republicanos, os anarquistas empregaram-se também a criar e animar instituições deste tipo em alguns bairros populares, sobretudo em Lisboa e Porto, com actividades de ensino, bibliotecas, conferências e "veladas sociais" animadas por comediantes ou músicos amadores. Entre eles vale a pena referir o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, no Porto (às Antas), o Centro de Estudos Sociais 'Regeneração Humana' em Alcântara (Lisboa), e a Sociedade de

Instrução e Beneficência 'Germinal', em Setúbal.

Dois temas de agitação contribuíram também para azedar as relações entre o movimento anarquista e as autoridades republicanas nestes primeiros meses de 1911 (a despeito de se manterem algumas boas relações pessoais entre gentes de ambos os campos): são o "neo-malthusianismo" e o anti-militarismo, de resto promovidos e divulgados quase pelas mesmas pessoas. Entre elas, José Joaquim Teixeira Júnior, um libertário madeirense mas farmacêutico de profissão trabalhando na capital, publica *Mulheres, Não Procreéis!*, um texto que, retomando as teses da *Greve de Ventres*, já editada no Porto em 1906¹¹, produz agora escândalo no meio social lisboeta, embora com grande sucesso comercial. Outro activista é António da Silva Júnior que tenta publicar um *Manual do Soldado* e anima um Comité Antimilitarista (que coordena os grupos 'Força e Matéria', 'Acção Directa' e 'Militar Insurgente'): sendo, ele próprio, um refractário ao serviço militar obrigatório (tornado efectivo pelo novo regime, por obediência ao princípio da igualdade, pois que anteriormente se podia pagar a sua isenção), dizíamos nós que Silva Jr. é preso em Março de 1911 e dá entrada no quartel de Mafra "entre baionetas". Martins do Rego, Nobre Cid, Amadeu Cardoso da Silva, Gaspar Santos, Augusto Machado são outros destes divulgadores de ideias surpreendentes para as mentalidades da época, os quais utilizam principalmente as colunas do jornal *O Agitador*, e também de *A Humanidade*, uma folha mais moderada mas simpaticante de alguns dos temas libertários¹². O certo é que, já na vigência do primeiro governo constitucional e ao abrigo da lei da imprensa entretanto promulgada, *O Agitador* é suspenso em Outubro de 1911 - não certamente por acaso, num momento político febril causado pela incursão armada monárquica em Trás-os-Montes - levando ao seguinte comentário irónico do seu correligionário *Germinal*: "É a primeira manifestação de liberdade de pensamento com que nos brinda o pimpolho João Chagas"¹³. E o futuro governo de Duarte Leite, em 1912, fará passar no parlamento uma lei destinada a prevenir a agitação anti-militarista.

A culminar esta actividade, os anarquistas realizam o seu primeiro congresso em Novembro de 1911, em Lisboa. Compareceram os delegados de 37 grupos já que, por razões económicas, a totalidade dos grupos agremiados na Federação Regional do Norte se fez representar em conjunto, na pessoa do conceituado militante Manuel Joaquim de Sousa (um operário sapateiro culto e de forte personalidade a quem os seus críticos chamavam "barão da sola"). Durante três dias, os debates

foram vivos, com alguns confrontos de ideias dispares, várias vezes protagonizadas pelo referido Sousa e pelo velho militante corticeiro (e ex-"intervencionista") Bartolomeu Constantino. Foi, em particular o caso da tese "Sindicalismo e anarquismo", havendo divisão de opiniões quanto à assunção dos cargos dirigentes dos sindicatos por militantes anarquistas mas prevalecendo a opinião dos nortenhos de que deviam assumir tais responsabilidades com o cuidado de neles se não deixarem restringir às questões laborais quotidianas. Com clareza, dizia a tese o seguinte: "Convém, todavia, não confundir o sindicalismo, mesmo revolucionário, com o anarquismo. Rigorosamente não são a mesma coisa. [...] Para isso, convém que sejamos persistentes nos sindicatos e, sem nos deixarmos absorver por eles, preparar o espírito dos trabalhadores, de modo que eles se integrem no pleno conhecimento do nosso ideal". Era, no fundo, a posição de Malatesta, bem representada em Portugal por Neno Vasco¹⁴. Outras teses aprovadas foram a relatada por Bartolomeu Constantino (um homem de posições políticas radicais, até à sua morte em 1916) sobre "Anti-militarismo", a tese propondo a criação de uma "Caixa de solidariedade humana" (para socorrer as vítimas da repressão governamental, que foi julgada "de carácter secreto") e a tese sobre "Organização anarquista" que preconizava a constituição de mais duas federações regionais de grupos anarquistas, no Centro (baseada em Coimbra) e no Algarve, coisa que veio a concretizar-se nos tempos seguintes. E, como era hábito, foram aprovados votos de solidariedade aos anarquistas perseguidos em Espanha, na Rússia e no México, que estavam lutando por "pão, terra e liberdade para toda a humanidade", sendo encerrados os trabalhos com um entusiástico "viva a anarquia!" e o canto d'*A Internacional*¹⁵.

Estava-se perto do Inverno, que iria assistir a uma rápida agudização da luta social.

4. DA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS À GREVE GERAL: IMPACTO DA REPRESSÃO REPUBLICANA

Referimos anteriormente a forte dinâmica social de greves operárias que se seguiram à aclamação da República. É a altura de nos debruçarmos sobre o mundo do trabalho assalariado rural.

Geralmente, a historiografia contemporânea debruçou-se sobre a greve dos trabalhadores rurais alentejanos de Janeiro de 1912 e do surto de

sindicalização desse proletariado em 1912-1913¹⁶. Aqui, vamos porém fazer referência especial aos antecedentes desse movimento, seguindo o precioso testemunho que nos foi legado por um dos seus protagonistas¹⁷.

De facto, em boa medida, tudo terá tido origem na actividade do Grupo Anarquista de Propaganda Livre Avante!, criado em Évora em 1908 e que constituiu a base de apoio da comissão de rurais formada por Joaquim José Candieira, José Cebola, Vital José, Tiago Varela, Joaquim Fornalha e Jesuíno Madeira, os quais, em Novembro de 1910, vão fazer sessões de propaganda em todas freguesias, aldeias e vilas do distrito de Évora, deixando em organização sindicatos de trabalhadores rurais. O de Évora é inaugurado em 1 de Janeiro, na Rua do Raimundo, e este esforço de organização irradiando de Évora deu os seus frutos pois em finais de Abril já haviam sido formados 52 sindicatos. Em Maio realizam-se duas reuniões magnas destes sindicatos donde sai um caderno reivindicativo dirigido aos lavradores da região reclamando um salário de 800 réis para as próximas ceifas e de 400 para depois destas, igual para homens e mulheres, além de outros ajustamentos de horário, etc. Perante a negativa dos patrões, a greve é declarada e tem início no dia 31 de Maio concentrando-se mais de 20 mil trabalhadores no Rossio de S. Brás, de Évora. Relata a nossa testemunha que "no segundo dia de greve, logo de madrugada, os pastores abandonam os gados, deixando-os nos campos à deriva. Seguem o mesmo caminho os moirais de parelhas e moços, assim como os porqueiros e tratadores de bois. É preciso aclarar aqui que, nesta época, não existiam camionetas nem tractores, nem máquinas de ceifar. [isto é, toda a tracção de charruas e carros era animal] Com esta atitude a acção directa é posta em execução e a greve vai tomando um carácter revolucionário"¹⁸. De facto, com os animais soltos a começarem a destruir as sementeiras, ao fim do terceiro dia de greve os agrários cedem às reivindicações, depois de uma reunião a que assistira o governador civil Estêvão Pimentel, um republicano que tinha próximas relações com os anarquistas de Évora. Este sucesso encorajou militantes e trabalhadores. Em Setembro, estariam já constituídos 141 sindicatos rurais. Em Outubro, a Comissão Executiva do Congresso Sindicalista destaca José Carlos Rates para Évora, para coadjuvar os locais nas ofensivas seguintes. Este impulsivo militante foi porventura o principal responsável pela declaração de nova greve, que ficou marcada para 1 de Janeiro de 1912, contra a opinião dos membros do grupo anarquista Avante. Durante as três semanas seguintes, não parou de chover sobre o Alentejo, traindo o sacrifício dos grevistas, pois os proprietários também não podiam mandar fazer

quaisquer trabalhos. Além disto, o governador civil era agora um militar (Paulino de Andrade), pouco afeito a estas movimentações sociais e que mandou encerrar as sedes dos sindicatos onde os grevistas se reuniam e a tropa disparar contra manifestantes, ocasionando um morto e vários feridos. Dezenas de trabalhadores foram presos e mandados para Lisboa.

Na capital, o governo presidido por Augusto Vasconcelos mostra desorientação, tomando posições contraditórias. Numa nota oficiosa datada de 28 de Janeiro escreve: "Os elementos anarquistas apoderaram-se das associações [de trabalhadores rurais] e nelas incitavam ao assassinato, ao saque e à destruição das propriedades [e] nos campos vários bandos de gente armada com espingardas percorriam as propriedades, obrigando os trabalhadores a segui-los à força"¹⁹. Mas, perante o apelo a uma greve geral de solidariedade lançado nesse mesmo dia para a região de Lisboa e Setúbal, o governo pede aos sindicalistas da capital para irem a Évora mediar o conflito, pagando-lhes a deslocação, e manda reabrir as associações encerradas. Mas recusa-se a demitir o governador civil, o que se compreende por razões de autoridade pública.

A greve em Lisboa torna-se violenta e quase insurreccional. Na Moita do Ribatejo o administrador do concelho é assassinado pela população. Durante os dias 29 e 30, reina a desordem por todo o lado. Na imprensa republicana fazem-se acusações aos grevistas de estarem a soldo dos "traidores" monárquicos e da "reação". O governo proclama então o estado de sítio, com suspensão das garantias individuais. O exército intervém. Na noite do dia 30, uma força militar (a que não faltavam peças de artilharia) cerca a Casa Sindical de Lisboa, à Rua do Século (no Bairro Alto) onde se haviam concentrado cerca de 700 militantes sindicalistas e leva-os em cortejo, sob prisão, primeiro para o Arsenal de Marinha, depois para bordo do transporte de guerra *Pero de Alenquer*, fundeado no Tejo, onde 500 deles estagiam durante quinze dias, sem as mínimas condições de habitabilidade, antes de serem distribuídos pela Penitenciária, Limoeiro e Forte de Sacavém, onde foram julgados sumariamente e libertados algum tempo depois.

Depois do drama de Setúbal e dos disparos de Évora e, sobretudo, das violências e sobressaltos que assolaram a região de Lisboa nesse tempestuoso final de Janeiro de 1912, estavam definitivamente rompidas as convergências entre o operariado fabril e rural e as novas instituições públicas. Retrospectivamente, o sindicalista Alexandre Vieira recordou assim esse momento de definitiva separação:

Quem estas linhas escreve participou estreitamente desse movimento e ainda hoje recorda com saudade aquelas horas agitadas em que era difícil encontrar um operário que não estivesse de alma e coração com a greve. Compreende-se que um movimento com aquela homogeneidade atordoasse o Governo, e tanto mais quanto os homens que o constituíam se destacavam pela sua inépcia, porque se assim não fora tê-lo-iam evitado prudentemente. É que a greve não estava apenas no espírito dos militantes operários, mas no âmago da multidão. Não foi uma dezena de audaciosos que a fomentou, mas era a massa que para ela ia pelo seu pé, no propósito de erguer um protesto formidável contra as brutalidades da força armada. E quando a massa revela tais disposições não há maneira de resistir-lhe: vai-se para a frente. Os trágicos sucessos de Évora haviam impressionado tão profundamente o proletariado que este não esperou que os dirigentes das suas organizações os chamassem à luta, como sucede sempre que se não sente: foi esse mesmo proletariado que, numa unanimidade pouco vulgar, indicou àqueles o caminho a seguir - a greve. É certo que essa greve foi esmagada. Mas é bom não esquecer que o não foi somente por virtude da força de que os governantes dispunham. Acharam eles tão insuficiente esse recurso que para levarem de vencida os grevistas aliaram à Força a Calúnia, e foi com estas duas armas que caíram sobre a classe operária²⁰.

De facto, aqui se encerrou o primeiro ciclo de lutas sociais a que o regime republicano teve de fazer frente, parecendo realizar a tarefa da pior maneira. As greves foram vencidas e a paz social reinou durante algum tempo. Mas a desafeição das classes trabalhadoras face à República - que lhe tinha dado tantas esperanças - veio breve e terá sido definitiva. O operariado organizado saiu desta prova mais coeso e disposto a lutar de novo, e mais fortemente, logo que as circunstâncias o permitissem. E os anarquistas teriam ainda espaço para crescer. Não iria tardar muito.

* - Sociólogo. Professor catedrático de sociologia aposentado e Professor Emérito do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Investigador no CIES/ ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

- 1 - Ver sobretudo LAINS & SILVA (2005) e CABRAL (1977 e 1979).
- 2 - RODRIGUES (2008).
- 3 - Sistematizada por RODRIGUES (1980, p. 142 sg.).
- 4 - VENTURA (2000).
- 5 - FREIRE (1992).
- 6 - *A Sementeira*, Lisboa, dir. Hilário Marques, n.º 26, Outubro de 1910.
- 7 - SOUSA (1972), p. 80 sg. Este último era o lema da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1964.
- 8 - Ver RODRIGUES (1980, p. 150 sg.).
- 9 - *Cit. in* QUINTAS (1981, p. 15).
- 10 - Segundo cálculos de FREIRE (1992).
- 11 - O autor era o espanhol Luis Bulffi mas a própria edição em língua castelhana foi impressa no Porto, para contornar a perseguição que lhe moviam as autoridades civis e eclesíásticas do seu país.
- 12 - FREIRE & LOUSADA (1982).
- 13 - *Cit. in* FREIRE & LOUSADA (1982, p. 1372). João Pinheiro Chagas era o chefe do governo e tutelava a pasta do Interior.
- 14 - FREIRE (1984 e 1985).
- 15 - Numa tradução para português da autoria de Neno Vasco.
- 16 - VENTURA (1976 e 1977) e PEREIRA (1982). Este último, porém, analisa com algum detalhe a greve de Junho, e mesmo as ameaças do Inverno antecedente, bem como o movimento no Ribatejo.
- 17 - MATIAS (1985).
- 18 - MATIAS (1985, p. 13).
- 19 - *Cit. in* Pereira (1982, p. 72).
- 20 - Vieira (1970, p. 58-59).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRAL, Manuel Villaverde - *O Operariado nas Vésperas da República*. Lisboa: Presença/ GIS, 1977.
- CABRAL, Manuel Villaverde - *Portugal na Alvorada do Século XX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.
- FREIRE, João - *Anarquistas e Operários*. Porto: Afrontamento, 1992.
- FREIRE, João - Estudo introdutório. In VASCO, Neno - *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984, pp. 5-50.
- FREIRE, João - Malatesta e o anarquismo português. In *Ler História*. N.º 6, (1985), pp. 35-49.
- FREIRE, J. & LOUSADA, M.ª A. - O neomalthusianismo na propaganda libertária. In *Análise Social*. V. XVIII (72-73-74), (1982) pp. 1367-1397.
- LAINS, P. & SILVA, A. F. (orgs.) - *História Económica de Portugal*, Vol. III. Lisboa: ICS, 2005.
- MATIAS, Elias - *Alentejo em Luta*. Lisboa: Sementeira, 1985.
- OLIVEIRA, César - *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- PEREIRA, José Pacheco - *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1982.
- QUINTAS, M.ª da Conceição *et al.* - *Greves-Sindicalismo: Setúbal 1910-13*. Setúbal: Ass. Distr., 1981.
- RODRIGUES, Cristina - *Trabalhar em Portugal*. Lisboa: IEFP, 2008.
- RODRIGUES, Edgar - *O Despertar Operário em Portugal*. Lisboa: Sementeira, 1980.
- RODRIGUES, Edgar - *Os Anarquistas e os Sindicatos*. Lisboa: Sementeira, 1981.
- SOUSA, Manuel Joaquim de - *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 3.ª ed., 1972.
- VENTURA, António - *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*. Lisboa: Cosmos, 2000.
- VENTURA, António - *O Sindicalismo no Alentejo*. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- VENTURA, António - *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo*. Lisboa: Seara Nova, 1976.
- VIEIRA, Alexandre - *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1970.